

À

ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços
Energéticos

Rua D. Cristóvão da Gama, 1 – 3.º
1400-113 Lisboa

Lisboa, 20 de Junho de 2025

Assunto: Consulta Pública n.º 132
Plano de Desenvolvimento e Investimento na RNTIAT para o período
2026-2035 (PDIRG 2025)

V / Ref.^a :

N / Ref.^a: Carta JR/09-2025

Exmos. Senhores,

A APIEE, Associação Portuguesa dos Industriais de Engenharia Energética, é uma associação empresarial sem fins lucrativos, fundada em 1995, que representa os prestadores de serviços, vulgarmente designados por instaladores, nas áreas da Electricidade, Gás e Telecomunicações.

Representamos um universo de empresas que geram um volume de negócios anual da ordem dos 1.500 M€, empregam mais de 12.000 funcionários directos e aproximadamente 20.000 funcionários indirectos em permanência, pelo que consideramos ter um contributo importante para o ecossistema energético nacional.

Em nome da nossa “Comissão de Gás”, uma comissão de especialidade permanente da APIEE, que acomoda no seu seio os associados com actividade contínua no sector do gás e que nesta área específica realizam um volume de negócios anual na ordem dos **100 M€**, empregando **mais de 2.000 funcionários** (1.000 directos e 1.000 indirectos em permanência), consideramos importante apresentar os nossos contributos para a presente consulta pública.

No entanto, consideramos não estarmos devidamente habilitados para contribuirmos em conformidade com a abordagem proposta, de resposta directa às questões formuladas. Isto porque entendemos que essas questões estão intimamente ligadas a racionais técnico-económicos que não são do domínio publico ou, pelo menos, não do conhecimento de uma associação representativa dos prestadores de serviços.

Em conformidade com o anteriormente escrito, preferimos então contribuir com a nossa visão, quiçá mais holística, mas que nos parece igualmente relevante para a presente consulta pública.

Fazemo-lo convictos da importância que a fileira dos gases renováveis terá para o futuro mix energético nacional, que sabemos dever ser seguro, resiliente e competitivo.

Em simultâneo, estamos também convictos que as diferentes tecnologias que irão contribuir para o futuro mix energético nacional, devem conquistar o seu espaço com base na competitividade que apresentem quando se encontrarem maduras, pelo que advogamos que as entidades reguladoras/legisladoras se abstenham de fazer opções tecnológicas.

Parece-nos, isso sim, que essas entidades devem contribuir activamente na definição dos mecanismos e dos incentivos que permitam o alcançar da maturidade económico-financeira dessas diferentes tecnologias, permitindo-lhes, portanto, que compitam pelas quotas de mercado que mereçam alcançar em mercado livre, justo e concorrencial.

Em paralelo com o desenvolvimento tecnológico anteriormente referido, consideramos também fundamental criar as condições para reter na actividade os técnicos que as nossas empresas empregam, visto que esses técnicos têm um papel fundamental na construção e manutenção das redes de transporte e distribuição de gás.

Para que tal aconteça, é fundamental que haja um nível de actividade desenvolvida por estas empresas que permita a sua manutenção nos respectivos quadros de profissionais e permita, também, a formação nas novas tecnologias, habilitando-os a executarem as suas futuras tarefas em conformidade com as exigências técnicas e regulamentares que venham a ser estabelecidas.

Em resumo, as empresas que compõe a Comissão de Gás da APIEE consideram importante a existência de um quadro de cooperação institucional que a todos beneficie, que preserve a competitividade das indústrias que operam em território nacional, que permita que os consumidores optem pelas soluções tecnológicas que melhor satisfaçam as suas necessidades e, em simultâneo, garantam a descarbonização da economia nacional.

Tomamos agora a liberdade de apresentar a V. Exas. um conjunto de iniciativas, complementares ao plano de investimentos objecto da presente consulta pública, que no nosso entender têm o potencial de contribuir activamente para o futuro mix energético nacional.

1. Valorização da Flexibilidade da RNTG

Proposta: Reforçar o papel da RNTG como infraestrutura de apoio à flexibilidade do sistema energético nacional, designadamente no suporte à intermitência das fontes renováveis.

Objectivo: Manter a importância do gás natural como solução de backup estratégico.

2. Estímulo ao Uso Industrial do Gás Natural com Baixo Teor de Carbono

Proposta: Desenvolver mecanismos de incentivo (regulamentares ou financeiros) ao uso de misturas de gás natural com biometano e/ou hidrogénio no setor industrial.

Objectivo: Assegurar a competitividade do gás de base renovável na indústria e acelerar a substituição progressiva por gases 100% renováveis.

3. Criação de Zonas de Transição Energética com Ênfase no Gás Natural

Proposta: Implementar projetos-piloto em regiões com potencial de produção e consumo de biometano e H2, com apoio técnico e regulamentar reforçado.

Objectivo: Facilitar a transição em territórios com redes de gás existentes.

4. Reforço da Rede de UAG (Unidades Autónomas de Gás)

Propostas:

1. Integração logística com a RNTG e a RNDG:
Criar hubs regionais de abastecimento para permitir uma melhor articulação entre UAG e redes principais, otimizando rotas e reduzindo custos operacionais.
2. Digitalização e planeamento operacional:
Investir em tecnologia de monitorização remota, previsibilidade de consumo, e sistemas automáticos de gestão de enchimento/abastecimento.
3. Incentivos para biometano ou H2 via UAG:
Viabilizar que as UAG possam também receber biometano ou hidrogénio comprimido, tornando-as compatíveis com o PNEC 2030 e RNC 2050.

Objectivo: Responder ao crescimento previsto das UAG e garantir segurança e eficiência.

5. Antecipar Modelos Regulamentares para Gases Renováveis

Proposta: Estabelecer, no curto prazo, um quadro estável para tarifas, acesso e remuneração da injeção de biometano e H2.

Objectivo: Aumentar a confiança dos promotores privados e facilitar decisões de investimento.

6. Apoio ao GNL e GNC no Transporte Pesado

Proposta: Incluir no PDIRG propostas para infraestrutura de apoio ao GNL/GNC no transporte pesado, nomeadamente no eixo Sines-Espanha.

Objectivo: Aproveitar um nicho com elevado potencial de descarbonização.

7. Roadmap para Blending Progressivo de H2

Proposta: Definir metas técnicas para mistura de H2 superiores a 10% até 2030, incluindo pilotos a 20%.

Objectivo: Dar previsibilidade à transição tecnológica e à adaptação da infraestrutura.

8. Programa de Formação e Certificação Técnica

Proposta: Criar um programa nacional de formação técnica sobre operação com biometano e H2 para operadores e utilizadores.

Objectivo: Assegurar competências técnicas adequadas à nova realidade dos gases renováveis.

Na expectativa que estes nossos contributos possam ser úteis a V. Exas., ficamos ao Vosso inteiro dispor para qualquer esclarecimento necessário.

Com os melhores cumprimentos,

João Rodrigues
Director Executivo